

Bacias PCJ

Última reunião

Workshop finaliza diretrizes para atualização de documento elaborado há sete anos

JULIANA FRANCO

Da Gazeta de Piracicaba
julianafranco@gazetadepiracicaba.com.br

O terceiro workshop do projeto para atualização do Plano Diretor de Recomposição Florestal das Bacias PCJ ocorreu na manhã de ontem, no Anfiteatro do Departamento de Ciências Florestais da Esalq/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/ Universidade de São Paulo). Promovido pela Agência PCJ (Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá), este é o terceiro passo do projeto para finalização do documento.

"Durante o workshop discutimos o que pode ser feito, como deve ser feito, quais as diretrizes e valores. Para isto, é necessário profissionais qualificados. Por isso, contratamos o IPEF (Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais)", explica o secretário executivo dos Comitês PCJ, Luiz Roberto Moretti, que completa: "Quando concluído o Termo de Referência, a Agência PCJ abre edital de licitação".

A previsão é que o edital seja aberto em janeiro de 2015, de acordo com a coordenadora adjunta da comarca técnica da Comissão de Recursos Naturais do Comitê PCJ, Cláudia Grabher. "Durante os três encontros, estudamos e elaboramos planejamento que deve ser aplicado na conservação e restauração das florestas que estão no entorno das Bacias, que possui mais de 15 mil quilômetros de extensão. O documento vai ser usado como instrumento de orientação. A partir dele saberemos qual o investimento necessário, a quantidade de árvores nativas, entre outros dados", revela.

Durante a reunião, para a qual foram convidados membros dos 69 municípios que compõem a Bacia, foram apre-

sentados os fundamentos para atualização do Plano Diretor e em seguida a exposição de sugestões e esclarecimento de dúvidas.

Cláudia explica que o objetivo é buscar uma proposta que minimize o problema atual relacionado à disponibilidade de água no Estado de São Paulo e que pode se agravar. A Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá foi escolhida como modelo para a implantação e preservação das áreas rurais das microbacias prioritárias para produção e conservação de água, com o objetivo de aumentar a disponibilidade dos recursos hídricos na região. A escolha desta bacia deve-se, principalmente, ao fato de que são conhecidos dados de sua vazão, a qual foi reduzida em 60% nos últimos 60 anos.

Existe a indicação das microbacias prioritárias para produção e conservação de água no âmbito da bacia hidrográfica, assim como uma clara indicação e confirmação de amplas áreas degradadas e a crise atual relacionada ao Sistema Cantareira, que apresenta níveis hídricos muito baixos.

Ainda segundo Cláudia, diversas áreas rurais encontram-se degradadas, fato relacionado às altas taxas de escoamento das águas pluviais em regiões com terrenos ondulados. Microbacias degradadas prejudicam a produtividade agrícola e provocam a diminuição da sustentabilidade da região, o que causa graves prejuízos para os recursos hídricos em virtude da baixa infiltração. "Há diminuição da recarga dos estoques das águas freáticas (do lençol freático) e subterrâneas (de aquíferos profundos). Decorrente disso, há a diminuição da vazão das nascentes e da rede hídrica, composta por córregos e rios da bacia", afirma Cláudia.



A técnica Cláudia Grabher disse que as microbacias degradadas prejudicam a produtividade agrícola

MODELO

Plano Diretor de Reflorestamento

Quando finalizado, o Termo de Referência do Novo Plano Diretor de Recomposição Florestal das Bacias PCJ deve ser modelo para todas as bacias hidrográficas do Plano Diretor de Reflorestamento, como também de todo o Estado de São Paulo. Como metas, pretende-se implantar

metodologias seguindo as indicações do PCJ e a sequência de prioridades por município, que são os que atendem ao Sistema Cantareira, todos os da Bacia Hidrográfica Corumbataí, e, oportunamente, todos os municípios do Estado. O objetivo será implantar

práticas de conservação do solo e reflorestamento sob a ótica do Planejamento Econômico e Ambiental (PEA) e com a participação direta das ferramentas e instrumentos: Educação Ambiental (EA), Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Capacitação.